



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

35/2024

PÁGINA Nº

1 de 14

RESPONSÁVEL

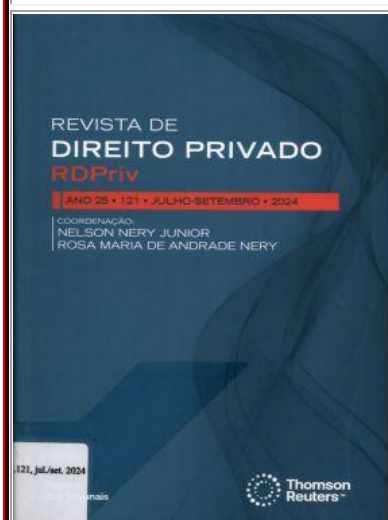
Iris Helena

SUMÁRIO

– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO



Revista de Direito Privado



Revista Fórum de Direito Tributário



Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
2 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.338, de 23 de dezembro de 2024](#)

Concede indulto natalino e comutação de pena e dá outras providências.
DOU - Seção 1, p. 37-39, Extra A, 23/12/2024

[Decreto n. 12.341, de 23 de dezembro de 2024](#)

Regulamenta a [Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014](#), para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.
DOU - Seção 1, p. 6-7, 24/12/2024

[Decreto n. 12.342, de 30 de dezembro de 2024](#)

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.
DOU - Seção 1, p. 869, 31/12/2024

[Decreto n. 12.343, de 30 de dezembro de 2024](#)

Atualiza os valores estabelecidos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
DOU - Seção 1, p. 869, 31/12/2024

[Decreto n. 12.345, de 30 de dezembro de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023](#), que regulamenta a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo,



ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas -Sinarm.

DOU - Seção 1, p. 870-871, 31/12/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei complementar n. 211, de 30 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023](#), que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; revoga a [Lei Complementar nº 207, de 16 de maio de 2024](#); e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 869, 31/12/2024

[Lei n. 15.049, de 19 de dezembro de 2024](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, e do Trabalho, e do Conselho Nacional de Justiça, crédito especial no valor de R\$ 273.689.008,00, para os fins que especifica.

DOU - Seção 1, p. 1-3, 20/12/2024

[Lei n. 15.052, de 20 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, p. 1-3, 23/12/2024

[Lei n. 15.056, de 23 de dezembro de 2024](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 32.998.452,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

DOU - Seção 1, p. 9-11, Extra A, 23/12/2024

[Lei n. 15.057, de 23 de dezembro de 2024](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 500.000,00, para o fim que especifica.

DOU - Seção 1, p. 11, Extra A, 23/12/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 15.062, de 23 de dezembro de 2024](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 13.261.923,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

DOU - Seção 1, p.21-24, Extra A, 23/12/2024

[Lei n. 15.079, de 27 de dezembro de 2024](#)

Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE; e altera a [Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), e a [Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014](#).

DOU - Seção 1, p. 1-5, 30/12/2024

[Lei n. 15.080, de 30 de dezembro de 2024](#)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 1-867, Extra B, 31/12/2024

[Retificação](#)

[Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 1, Extra B, 31/12/2024

[Emenda Constitucional n. 135, de 20 de dezembro de 2024](#)

Altera os arts. 37, 163, 165, 212-A e 239 da [Constituição Federal](#) e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ([ADCT](#)).

DOU - Seção 1, p. 1, Extra A, 20/12/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 602, de 13 de dezembro de 2024](#)

Altera o [Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça](#) para compatibilizá-lo às disposições da [Resolução CNJ nº 591/2024](#), que dispõe sobre o julgamento eletrônico pelos órgãos do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 320, de 19/12/2024, p. 2-3



ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 606, de 19 de dezembro de 2024](#)

Revoga a [Resolução CNJ nº 317/2020](#), que dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências.

eDJ-CNJ n. 320, de 19/12/2024, p. 3-4

[Resolução n. 607, de 19 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 13/2006](#), que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura, e a [Resolução CNJ nº 14/2006](#), que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio, para regulamentar a forma de aferição do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), nas hipóteses de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

eDJ-CNJ n. 320, de 19/12/2024, p. 4-5

[Resolução n. 608, de 19 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 490/2023](#), que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

eDJ-CNJ n. 321, de 23/12/2024, p. 2

[Resolução n. 609 de 19 de dezembro de 2024](#)

Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojetos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo.

eDJ-CNJ n. 320, de 19/12/2024, p. 5-6

[Resolução n. 610, de 20 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 557/2024](#), que institui a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.

eDJ-CNJ n. 321, de 23/12/2024, p. 2-3

[Resolução n. 611, de 20 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 433/2021](#), que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.

eDJ-CNJ n. 321, de 23/12/2024, p. 3-6

[Resolução n. 612, de 23 de dezembro de 2024](#)

Altera o caput do art. 47-A do [Regimento Interno](#).

eDJ-CNJ n. 322, de 26/12/2024, p. 2



ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
6 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Resolução n. 933, de 12 de dezembro de 2024](#)

Altera o art. 16, § 1º, inciso I, da [Resolução CJF n. 764, de 23 de maio de 2022](#), que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 320, 19/12/2024

[Resolução n. 934, de 12 de dezembro de 2024](#)

Altera o art. 2º, inciso II, da [Resolução CJF n. 568, de 4 de setembro de 2007](#), que dispõe sobre os critérios para o exercício de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da [Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006](#), e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 320, 19/12/2024

Secretaria-Geral

[Portaria n. 804, de 16 de dezembro de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.

DOU - Seção 1, p. 320-321, 19/12/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n. 94, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera a Resolução Presi 49, de 28 de setembro de 2022 que dispõe sobre a especialização de varas federais para processar e julgar crimes por atos de violência político-partidária no âmbito da 1ª Região.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
7 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n 95, de 16 de dezembro de 2024](#)

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, o direito das advogadas gestantes, lactantes, adotantes ou que derem à luz à ordem de preferência nas sustentações orais e nas audiências, estendendo tal direito, no que couber, às demais mulheres envolvidas no processo, bem como disciplina, no âmbito administrativo, os meios de comprovação das referidas condições.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Resolução n. 96, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região estabelecida pela [Resolução Presi 78, de 2 de setembro de 2024](#) e alterações e dá outras providências.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Resolução n. 99, de 16 de dezembro de 2024](#)

Institui o processo de Gerenciamento de Incidentes de Segurança da Informação Digital no âmbito na Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Resolução n. 100, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 10, de 22 de março de 2021](#), que dispõe sobre a gestão estratégica e dá diretrizes para a construção participativa, execução, monitoramento e avaliação da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Portaria n. 1168, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Portaria Presi/Secge 247, de 22 de julho de 2014](#), que regulamenta procedimentos de instrução de ajuda de custo de magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Portaria n. 1177, de 17 de dezembro de 2024](#)

Estabelece o funcionamento dos serviços essenciais da Área Administrativa durante o recesso forense de 2024/2025, no âmbito do TRF – 1ª Região.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024

[Resolução n. 101, 19 de dezembro de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 8122538, de 8 de maio de 2019](#), que disciplina o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região – eCPTEC.

BDTRF1, 19 de dezembro de 2024

Coordenadoria do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª região

[Portaria n. 72, de 17 de dezembro de 2024](#)

Dispõe sobre a criação da Coordenação Especializada em Demandas Fiscais e do programa "Conciliar Fiscal" no âmbito do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SISTCON.

BDTRF1, 18 de dezembro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
8 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO PRIVADO Nº 121 – JUL.-SET./2024

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Efetividade do princípio <i>neminem laedere</i> na pós-modernidade <i>The effectiveness of the neminem laedere principle in postmodernity</i> CIRO RANGEL AZEVEDO.....	15
--	----

Do DANO

Dano tanatológico – Dano de morte <i>Thanatological damage – Death damage</i> MÔNICA DE CÁSSIA REIS LOBO.....	31
---	----

Do DIREITO DAS SUCESSÕES

Apontamentos sobre o planejamento sucessório com a adoção da <i>holding</i> <i>Notes on successory planning in the adoption of the holding company</i> ALEXANDRE AUGUSTO ARCARO.....	73
Concorrência sucessória dos ascendentes na multiparentalidade <i>Successory competition of ascendants in multiparentality</i> RICARDO JOSÉ RIZKALLAH.....	87
O direito real de habitação na sucessão hereditária: uma análise a partir da natureza jurídica e finalidade <i>The real right of housing in hereditary succession: an analysis from the legal nature and purpose</i> DANIELA OLIVEIRA SOARES.....	103



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
35/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O reconhecimento da parentalidade socioafetiva <i>post mortem</i> : reflexões e complexidades <i>The acknowledgment of post-mortem socio-affective parenting: reflections and complexities</i> MARIANA SOUZA BARONI	135
A relativização das formas e das solenidades no negócio jurídico testamentário: a jurisprudência brasileira como fonte de insegurança <i>The relativization of forms and solemnities in the testamentary legal business: the brazilian jurisprudence as a source of insecurity</i> VITOR LEMES CASTRO.....	157
A situação jurídica dos embriões criopreservados na reprodução assistida <i>post mortem</i> <i>The legal status of embryos in post mortem assisted reproduction</i> ALEXANDRE CAIADO RIBEIRO DALLA BERNARDINA	187
A concepção do fideicomissário e seus efeitos jurídicos: fragilidades do fideicomisso como instrumento de planejamento sucessório e como mitigá-las <i>The conception of the fideicommissary and its legal effects: weaknesses of the fideicommissary substitution as an instrument for succession planning and how to mitigate them</i> THIAGO CONCEIÇÃO PELIZZON.....	207
Os direitos da personalidade <i>post mortem</i> e o uso da inteligência artificial <i>The rights of personality post mortem and the use of artificial intelligence</i> MARIA GABRIELLA DIGNANI SCHMIDT DE BARROS.....	225
Do DIREITO ECONÔMICO	
Os três preceitos do mercado eficiente: <i>honeste vivere, alterum non laedere e suum cuique tribuere</i> <i>The three precepts of an efficient market: honeste vivere, alterum non laedere and suum cuique tribuere</i> BRUNO DE SOUSA SARAIVA	239



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
10 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Do PROCESSO CIVIL

Verdade e cooperação no Direito Civil e Processual Civil – A incerteza causal, eventos interruptivos do nexo de causalidade e sua prova no processo

Truth and cooperation in the Brazilian Civil Law and Civil Procedural Law System – The uncertainty as to causation, events that interrupt the causal link and its proof during the procedure

MARIA CAROLINA NERY..... 259

Perspectivas sobre a prova em vídeo na era digital

Perspectives on video evidence in the digital age

FRANCISCO SILVEIRA DE AGUIAR NETO..... 275



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
11 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 130 – JUL.-AGO./2024

DOCTRINA

ARTIGOS

SAF – o novo regime societário para clubes de futebol (incluso o Regime de Tributação Específica)

Ives Gandra da Silva Martins, Salvio Spinola	9
1 Introdução	9
2 Contexto legal histórico	10
3 Crise nos clubes e entidades no Brasil	11
4 Autorregulamentação	12
5 Sociedade Anônima de Futebol (SAF)	13
5.1 Constituição da sociedade	14
5.2 Governança nas Sociedades Anônimas do Futebol	15
5.3 Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	16
5.4 Programa de Desenvolvimento Educacional e Social (PDE)	18
5.5 Dívidas da associação civil	19
5.6 Financiamentos das SAFs	20
6 Modelos no exterior	20
7 Atualizações na Lei da SAF	21
8 Conclusões	21

O DIFAL do Simples Nacional

José Luis Ribeiro Brazuna, José Gomes da Silva Serra Neto	23
1 Introdução	23
2 Acertos e erros da jurisprudência dos tribunais superiores	24
3 Acertos e erros na aplicação dos precedentes pelos tribunais de justiça	32

Ativismo judicial, Estado Democrático de Direito e a nova hermenêutica

Ângela Vidal Gandra Martins	35
1 Introdução	35
2 Estado Democrático de Direito	37
2.1 Forma do direito	37
2.2 Representatividade e cidadania	38
2.3 Valores fundamentais	39
2.4 Separação, independência e harmonia entre os poderes	40
3 Ativismo judicial, hermenêutica jurídica e filosofia da linguagem	40
4 Conclusão	42
Referências	43

A iminente introdução da arbitragem tributária no Brasil

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto	45
1 Introdução	45
2 Regras de instauração, procedimento e julgamento	46
3 Conclusão	51



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

35/2024

PÁGINA Nº

12 de 14

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Estabelecimento importador e sujeição ativa do ICMS (IBS)-Importação:
EC nº 132/23 e PLP nº 68/24 realmente encerram a discussão?

Renata Reis Ribeiro Amarante Bardella	53
1 Introdução	53
2 O sujeito ativo do ICMS-Importação no cenário atual: CF/88, Lei Complementar nº 87/96 e Tema nº 520 (STF)	55
3 O sujeito ativo do IBS-Importação na EC nº 132/23 e no PLP nº 68/24	59
4 Guerra dos portos, neutralidade fiscal e o IBS-Importação	63
5 Conclusões	67
Referências	67

A Reforma Tributária para os serviços financeiros: uma análise a partir do
PLP nº 68/2024

Danielle Bertagnoli	69
1 Introdução	69
2 Operações de crédito	71
3 Arrendamento mercantil	75
4 Administração de consórcios	77
5 Gestão e administração de recursos, inclusive fundos de investimento	80
6 Arranjos de pagamento	80
7 Seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização	82
8 Importação e exportação de serviços financeiros	84
9 Regras de transição	85
10 Conclusões	85
Referências	87

Análise crítica das exceções à não tributação dos juros de mora legais a
título de renda: entre a incompreensão e a resistência

Leonardo e Silva de Almendra Freitas	91
1 Introdução	91
2 Evolução do debate judicial sobre a tributação dos juros de mora a título de renda ou lucro	92
2.1 A primeira fase da discussão no plano infraconstitucional: do Tema nº 470 ao Tema nº 505 do STJ e a conclusão pela tributabilidade dos juros de mora (= lucros cessantes), salvo exceções	92
2.2 A elevação da discussão ao plano constitucional: os Temas nº 808 e 962 do STF e a conclusão pela intributabilidade dos juros de mora (= danos emergentes), sem afirmação de exceções	94
2.3 Interlúdio: os esclarecimentos acerca do Tema nº 962 e a ressalva aos juros (remuneratórios) de depósito judicial e aos (moratórios) de origem contratual	95
2.4 A retomada da discussão no plano infraconstitucional: o Tema nº 878, a retificação do Tema nº 505, ambos do STJ, e a insistência na tributabilidade dos juros de mora (= lucros cessantes ou "danos remotos"), salvo "exceções menos excepcionais"	97
2.5 <i>Distinguishing</i> dos juros moratórios de indébito fiscal determinados por outros índices	100
3 As justificativas para a tributação em questão sob o enfoque da teoria dos precedentes	101
3.1 A primazia da <i>ratio decidendi</i> e o peso secundário da tese jurídica fixada	101



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
13 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

3.2	A significância também relativa da ementa do <i>leading case</i>	103
3.3	A adequada aplicação da <i>ratio decidendi</i> : entre a analogia e o <i>distinguishing</i> (restritivo).....	104
3.4	A coerência e a integridade jurisprudenciais <i>versus</i> as distinções inconsistentes ...	107
4	As justificativas para a tributação em questão também sob o enfoque dogmático	109
4.1	A nova tese do dano remoto como evidência da artificialidade da prévia simplificação do perfil legal dos juros de mora	109
4.2	Indefectível quebra da isonomia em detrimento dos credores de débitos tributários cujos juros de mora são determinados por índices diversos da taxa Selic	112
4.3	A desinfluença das particularidades ontológicas da taxa Selic	113
5	Considerações finais.....	115
	Referências	116

A relação da transação tributária com a corrupção ativa e passiva e com os crimes contra a ordem tributária

José Ivan Ayres Viana Filho	119
Introdução	119
1 A relação da transação tributária com os crimes contra a ordem tributária.....	120
2 Os crimes funcionais praticados pelo agente público na transação tributária Individual.....	124
3 Crime contra a ordem tributária praticado pelo sujeito passivo ou por quem lhe preste auxílio na transação tributária por adesão.....	127
Considerações finais.....	133
Referências	135

O jardim das aflições da Reforma Tributária

André Gimenez	137
1 Introito	137
2 Falta de transparência e análise de impacto	137
3 Complexidade do imposto seletivo	138
4 Tradição brasileira de não devolver créditos	139
5 Impactos econômicos e sociais	139
6 Conclusão	139

The distribution and use of tax revenues in the countries with high-income inequality

Daury Cesar Fabríz, Julio Homem de Siqueira	141
1 Preliminary	141
2 Regarding legitimacy	142
3 Countries with high-income inequality, the case of Latin American.....	144
4 What kind of tax reform? A conclusion	148
References.....	151



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
35/2024

PÁGINA Nº
14 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº 423 – SET./2024

Assunto Especial

ASSÉDIO ELEITORAL

DOCTRINA

1. Assédio Eleitoral e Discriminação nas Relações de Trabalho
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Rafael Laffitte Fernandes 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Interrupção da Prescrição pelo Ajuizamento de Ação Trabalhista
Sergio Pinto Martins..... 36
2. Análise da Legitimidade do “Deságio” na Conciliação dos Conflitos
Previdenciários Judicializados
Roberto Luis Luchi Demo 58
3. Direito à Isenção de Imposto de Renda por Moléstia Grave na
Previdência Privada (Modalidades PGBL e VGBL): uma Análise do
Entendimento do STJ (REsp 1.583.638/SC)
Julia Gomes de Sant’Ana e Marco Aurélio Serau Junior 86
4. Alguns Apontamentos sobre o FGTS: um Direito dos Trabalhadores
Rogério Tadeu Romano 94
5. Teletrabalho, Reforma Trabalhista e Subsunção Hiper-real do Trabalho
ao Capital
Pablo Biondi 109

Seção Especial

EM POUCAS PALAVRAS

1. Trabalho em Feriado: a Interpretação da Compensação de Horas no
Banco de Horas
Gustavo Lopes Pires de Souza 230

ACONTECE

1. Entre Crises e Desajustes, Qual o Projeto de Futuro da Proteção
Previdenciária Brasileira?
Sérgio Henrique Salvador 234